



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 036/2024

(Plenária Presencial)

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Azenha – Porto Alegre, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Débora Nunes, **Fundação O Pão dos Pobres**; Francyne Rosa, **CEA**; e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Guilherme Furrh, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**;

DEMAIS PRESENTES:

Íris Cândido, **Administrativo SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

31 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

32 **1. ABERTURA;**

33 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
34 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Boa tarde, gente. Iniciando. Vamos para as
35 deliberações primeiro, pode ser? Quem é a primeira? Começa por este lado, por favor.

36 **- COMISSÃO DE REGISTROS:**

37 **Francyne da Rosa, CEMME:** Seria o processo SEI 24.0.000082671-8. O nome é
38 **FUNDAÇÃO IRMÃO JOSÉ OTÃO.** Fica incubado ali na PUCRS. Eles encaminharam as
39 documentações para fazer o registro e a inscrição do Potencialize e se encaixou como SARA.
40 É um programa que eles executam com adolescentes, com jovens, e é voltado para o mercado
41 de trabalho. Eles também são uma instituição articuladora de jovem aprendiz. Eu tinha
42 solicitado a alteração de alguns documentos porque eu não tinha entendido. Tinha uma
43 declaração, um comprovante de residência de que o presidente residia dentro da PUCRS, e eu
44 não entendi isso e pedi um novo comprovante de residência. O Paulinho me explicou que é um
45 irmão daquelas congregações e ele mora realmente dentro da PUCRS. Mas me chamou a
46 atenção que o comprovante de residência dele era o mesmo da instituição. Mas, então, ok.
47 Ficou faltando só eles mandarem o formulário, aquele primeiro requerimento, o anexo, porque
48 eles mandaram na folha timbrada deles ao invés do formulário do CMDCA. Fizemos a visita
49 hoje de manhã, conhecemos a Raquel, que coordena o serviço lá, e nos mostrou toda a
50 estrutura. A estrutura deles funciona como hub também de outros projetos da PUCRS. Foi
51 bem interessante conhecer, e é uma coisa que o Paulinho falou bastante para essa moça, a
52 Raquel, que coordena, que esse projeto não é bem divulgado. Então, ela mesma disse que eles
53 não conseguem atingir tanto o público que realmente mais precisa, que a gente não conhecia. É
54 um projeto que parece ser bem interessante. Eles fazem também feiras com empresas para
55 articular, para conectar os jovens e jovens aprendizes. É interessante o serviço deles. O
56 funcionamento dele lá é in loco ou também agendado no próprio local da PUCRS, que eles
57 executam em parceria com as instituições. A estrutura deles lá é bem legal, eles têm uma
58 estrutura bem interessante de salas de atendimento, psicólogo, assistente social. Então, a
59 princípio, o nosso parecer é favorável para o registro e inscrição de SARA deste Potencialize
60 que eles estão solicitando. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
61 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eles também têm
62 aprendizagem? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do**

63 **CMDCA:** Não. Eles têm a articulação da aprendizagem. É tipo assim, ele vai nas instituições
64 formadoras e dá uma parte do projeto, tipo educação financeira. Então, ele vai nas instituições
65 ou as instituições podem levar os jovens lá, mas ele não tem o programa de aprendizagem. É
66 capacitação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
67 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ele não é direto. Então, ele não é uma
68 instituição formadora. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-**
69 **Presidente do CMDCA:** Não. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
70 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ele é uma
71 instituição que complementa, ou vem dentro do SARA, e faz um apoio à instituição
72 formadora. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do**
73 **CMDCA:** É a articulação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
74 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Entendi. Alguma
75 dúvida, pessoal? Podemos colocar em votação? Em votação, quem é favorável, por favor,
76 levantar a mão. Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Próximo? **Paulo Francisco da**
77 **Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** O SEI é 24.0.000098094-
78 0. É o **INSTITUTO OTTO KEPLER.** É uma organização nova aqui em Porto Alegre, fica
79 ali próximo ao Iguatemi. Eles trabalham com assessoramento e capacitação para as
80 organizações da sociedade civil, especialmente as que trabalham com criança e adolescente.
81 Ele dá esse assessoramento. Tem o espaço adequado lá, tem um miniauditório onde ele recebe
82 as organizações. Ele promove também seminários de capacitações para os dirigentes e para os
83 trabalhadores dessa organização da sociedade civil que tem fim lucrativo. Promove também
84 esse curso com os dirigentes e quem administra a organização. A gente foi recebido pela
85 presidente Cleusa. Ela apresentou o espaço, o auditório. A gente pediu também para que eles
86 divulguem mais esse trabalho. Convidamos eles para ir lá no Fórum das Entidades. Eles
87 querem trabalhar com as organizações, tipo aquelas que queiram registro no CMDCA ou no
88 CMAS, ou depois aquelas que querem captar recursos. Então, eles vão fazer essas formações,
89 especialmente para essas pequenas. Pediu também inscrição para o atendimento indireto de
90 assessoramento e capacitação. A comissão tem parecer favorável ao registro e à inscrição
91 desta organização. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
92 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok, alguma dúvida? Então,
93 em votação: quem é favorável, por favor, levantar a mão. Ok, **APROVADO POR**
94 **UNANIMIDADE.**

95 - **COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

96 **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto**
 97 **Alegre, APAE/Porto Alegre:** Nós temos o processo da **FUNDAÇÃO O PÃO DOS**
 98 **POBRES**. O número do SEI é 22.0.000077887-0. No ano passado, a Fundação enviou um
 99 ofício para a secretaria pedindo a alteração do nome do projeto. Nós fizemos um despacho na
 100 comissão de políticas, encaminhando este novo nome do projeto. O nome é "Projeto
 101 Desenvolvimento, Serviços, Programas e Projetos de Formação Continuada e Serviços a
 102 Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social". Este era o nome,
 103 para alterar para "Projeto de Manutenção dos Programas da Entidade". Foi feito um despacho
 104 naquele momento, em 2023, e foi pedido que a gente faça essa leitura hoje porque já foi
 105 alterado no sistema, mas precisa da aprovação, visando a emissão da resolução e do certificado
 106 de captação. Precisa passar por aqui essa solicitação para aprovar, para fazer essa troca na
 107 emissão da resolução e do certificado de captação. Para trocar o nome. **Carolina Aguirre da**
 108 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 109 **Presidente do CMDCA:** Alguma dúvida? Então, tá. Quem está favorável, por favor, levantar
 110 a mão. Ok, **APROVADO COM UMA ABSTENÇÃO**. Quem mais? Vou trazer da instituição
 111 Júnior Achievement em relação ao SARA, ao aprendizado profissional. O atestado de
 112 funcionamento deles é de 2011, acho que era. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
 113 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** 2021 eles têm a resolução. A coordenadora, a
 114 senhora Aline, disse que desde sempre o conhecimento que era SARA, a inscrição deles aqui.
 115 Ela respondeu no e-mail que recebeu e mandou a resolução 174 de 2021, confirmando aqui
 116 que a inscrição é de SARA. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
 117 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** O erro foi aqui interno
 118 do CMDCA, que colocaram programa de aprendizagem no atestado de funcionamento. Então,
 119 só para, está no processo, já consta a inscrição antiga, né? E é mais uma questão para reforçar
 120 o quanto a gente precisa atualizar a nossa documentação. Depois que vocês forem analisar, já
 121 conseguem analisar também isso, porque logo vem o projeto alterado, mas já a inscrição deles
 122 está habilitada, então não tem risco para as captações. Finanças?

123 - **COMISSÃO DE FINANÇAS:**

124 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Vou começar
 125 pelo processo 22.0.000079203-2, do **INSTITUTO POBRES SERVOS DA DIVINA**
 126 **PROVIDÊNCIA**. O projeto Escola Despertar. A instituição encaminhou um ofício solicitando

revisão do percentual de retenção, porque houve um equívoco na análise sobre essa retenção, determinada como 10% para o projeto Escola Despertar, visto que a OSC Instituto Pobres Servos da Divina Providência enquadra-se em atendimento direto e, conforme o artigo 14 da resolução, será repassado para a OSC o percentual dos recursos captados considerando o seguinte critério: nos projetos de atendimento direto, para despesas em manutenção e ação continuada, o repasse será de 95%. Encaminho, então, aqui para a plenária, para votação, o ajuste da retenção de 10% para 5%. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok. Alguma dúvida? Em votação: quem é favorável, levanta a mão. Uma abstenção. **APROVADO COM UMA ABSTENÇÃO.** Outro? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** O processo próximo é o número 23.0.0000 60300-7, do **INSTITUTO DO CÂNCER INFANTIL**. A instituição encaminhou um ofício para o conselho solicitando o ajuste de encargos nos valores de salário de alguns profissionais. Aqui eles citam como justificativa, conforme está o ofício: os aumentos de cargos e salários citados nos apontamentos abaixo são decorrentes de dissídios da categoria, bem como crescimento de carreiras horizontais e ou verticais, seguindo a política de cargos e salários da instituição. Salientamos, porém, que os valores que constam tanto no projeto quanto no plano de trabalho compreendem a valores de salários médios líquidos. Sendo assim, variam de acordo com o profissional ativo na época do envio do plano de trabalho, não necessariamente resultando em aumento de salário, e sim no reflexo dos descontos dos benefícios optados por cada colaborador. Tais variações não impactam na execução do objeto e objetivos do projeto. Por que estamos trazendo? Eu vou ler depois os percentuais, mas por que estamos trazendo esse processo para a plenária? Porque os valores de diferença dos salários, eles têm um percentual bem alto. Então, são 60%, 26%. Tem um salário que dobrou, teve um aumento de 103%, 56%. A gente entendeu que não caberia que a comissão de finanças sozinha fizesse essa análise. Trazemos para vocês para a gente poder debater. Eu vou ler os cargos que a gente recebeu. O aprendiz teve um aumento de 62,7%, passando de 456 no plano inicial para 742,22. Assistente administrativo, um aumento de 19,5%, passando de 2.542,20 para 3.039,66. Assistente de RH, aumento de 21,4%, passando de 2.553,08 para 3.099,46. Assistente de secretaria, um aumento de 11,9%, passando de 1.995,48 para 2.232,52. Assistente de comunicação, 26,8% de aumento, passando de 1.722,30 para 2.183,60. Auxiliar de RH, 103,6%, passando de 1.469,20 para 2.991,42. Auxiliar de secretaria, um aumento de 15,6%,

de 1.675,12 para 1.936,57. Auxiliar de serviços gerais, 46% de aumento, de 1.155,41 para 1.681,82. E, por último, analista administrativo, um aumento de 56,9%, passando de 2.542,20 para 3.988,82. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** O que eles justificam com o tamanho do aumento? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Era o dissídio. Eles disseram que no inicial eles fazem um valor de salário médio líquido. E eles dizem que é decorrente de dissídio da categoria, crescimento de carreira horizontal e vertical, seguindo a política de cargos e salários da instituição. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sinceramente, eu não achei, talvez com exceção de 200 e poucos reais, o que eles aumentaram, pensando em 2 anos, que é a carta? Não é tão grande, com exceção desse que foi 113%. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Talvez até abaixo do salário. Eu acho que a gente teria que saudar essa atitude dessa instituição, que é o Instituto do Câncer Infantil, e valorizar que as instituições possam fazer a busca dos recursos para aplicar os projetos nos territórios da cidade, mas também respeitar os valores das categorias e dos quadros, sejam provisórios para esse início, meio e fim do projeto, ou mesmo aqueles que vão permanecer ao longo da trajetória da própria instituição. Eu apoio essa mudança. Eu achava que era uma coisa de direção, de coordenação geral. Não achava que era do corpo funcional. Se é assim, eu acho ótimo. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A gente olhando os valores brutos, são valores baixos, e a gente entende que é isso. Mas se a gente for extrapolar para outros projetos que provavelmente vão chegar, a gente precisa criar regras. Foi por isso que esse acabou sendo o exemplo. Porque se a gente olha para o percentual de aumento, é uma coisa que a gente não vê que acontece em dissídios, que são 8%, 10%, 5%. Como eles colocam ali que é devido a dissídio, não é nem ajuste, pela justificativa da instituição tem isso. Se a gente for falar em valor bruto desse aqui em específico, a gente concorda que poderia passar tranquilo. Mas a gente também precisa pensar para outros que virão e quais os critérios que a gente vai usar para essas análises. **Francyne da Rosa, CEMME:** Acredito que seja uma questão de justificativa, então, que seria adequar conforme o mercado de trabalho para que não houvesse rotatividade de trabalhadores. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eles não colocaram isso, né? Aqui está: "o aumento dos cargos e salários são decorrentes ao dissídio

para a categoria, crescimento de carreira, vertical ou horizontal, e seguindo na política de cargos e salários da instituição". **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Eu penso que é muito valioso a gente continuar com as pessoas que vão adquirindo conhecimento e se aprimorando. Como que isso vai ficar claro nos projetos? Essa reposição salarial que todos os profissionais, pelo menos grande parte das empresas, têm essa política de qualificar os salários pelas perdas dos anos anteriores. O ICD alguns anos usa critérios de Sindisaúde, enfim, pelas categorias que trabalham lá dentro. Pelo menos a cada 2 anos eles fazem reposições de perdas salariais. Acredito que os outros profissionais e outras instituições também tenham isso. É uma forma de manter a vinculação, que uma das coisas, das nossas críticas das parcerias hoje é que não se tem muita reposição. E as pessoas, na primeira oportunidade de ter um salário que for 500 reais a mais, já se desligam e vão para outra instituição. E quem perde é quem está prestando o serviço, ou melhor, quem está recebendo o serviço. Eu concordo com o colega de como que isso vai ficar definido enquanto conselho nos próximos projetos, mas que é relevante, eu entendo que é. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que a gente pode fazer duas coisas. Uma, a gente vota sobre este caso, e a outra é fazer um encaminhamento para os demais casos. Ou então, até vamos fazer já o encaminhamento para sair o mesmo encaminhamento para todos. Eu acho que o inverso ainda é melhor. Nós temos uma proposta de resolução sobre majoração. **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas eu acho que também a gente passar esse projeto com esses reajustes, tendo em vista que alguns eram salário mínimo. Então, quando vir alterações de corpo diretivo, de diretores, eu acho que daí é um outro, uma outra discussão. A gente tem visto nos projetos com altos salários e altos cargos que a gente tem que ter essa crítica também. Mas não deixar de fazer nesse projeto por causa disso, porque são salários muito discrepantes assim. E aí, quando virem esses salários discrepantes, a gente vai ter que fazer a crítica e vai ter que negar ou não. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** O que a gente tinha passado um dia em uma reunião foi que acordos coletivos de trabalho daquela... isso entrou para a secretaria, e isso a própria procuradora já disse: quando é acordo coletivo daquela categoria, não há que se contactar com o conselho. Isso eles poderiam deliberar. A outra fala que eu entendo, falei isso hoje pela manhã numa reunião, foi: no manual de prestação de contas, tendo em vista que já é um termo assinado, isso é do gestor da parceria. Está lá no manual de prestação de contas que qualquer alteração de valores, remanejo, isso está lá. Então, também

223 não teria. Mas a gente, eu entendo que o conselho não pode lançar uma resolução assim: "ah,
 224 vai te dar 5% de reajuste, vai dar 10%". Não. Nós temos que ver uma ideia, né? Os contratos
 225 atuais hoje, a gente faz pelo IPCA. Bom, se é esse que a gente vai entender, é uma coisa. Mas
 226 eu vejo que como são categorias de trabalhadores, tem que ser pela convenção. **Sônia Rejane**
 227 **dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É que na realidade, não pode
 228 sair maior que o salário do prefeito. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 229 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas
 230 também o entendimento que a gente tem é que, na comissão ali de finanças, quando chegou
 231 para a gente, e hoje em finanças um pouco disso na reunião, é que para acessar o serviço, tem
 232 que ter o diagnóstico do câncer. E aí, como que está cada ano? Para acessar, tem que ter. Se
 233 não tem, não vai acessar. Então, não quer dizer que vai atender um número x que vai atender.
 234 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Esse é essa
 235 interpretação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 236 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu já levei para a procuradora que
 237 nós já tínhamos conversado isso na executiva. Aí eu levei para a procuradora no final da nossa
 238 última reunião isso. E aí, esses dias, eu estava em uma outra reunião e eu sabia, mas a gente
 239 acaba sabendo e não lendo, né? E aí eu tive acesso ao decreto que foi agora de março, março,
 240 é, que altera ou que regulamenta, na verdade, a 13019. E nesse decreto, fala a questão de ter o
 241 recurso para rescisões, mesmo que posterior ao término do contrato, do termo e tudo ali, né?
 242 Então assim, isso não está no nosso manual, não está no nosso decreto e eu acho que é algo
 243 novo e que a gente também tem que trazer para as nossas parcerias. Inclusive, eu falo bem com
 244 o pessoal do Por Criança, né, que está aqui. A gente tem que começar a pensar nessas
 245 questões. Depois eu vou compartilhar o decreto. Não é um decreto novo, só que eu não tinha,
 246 eu tinha lido, mas não tinha lido totalmente ele assim, com outro olhar. E aí eu acho que é
 247 interessante a gente ver isso. Eu estou com uma proposta, só para a gente ver assim o texto
 248 que está aqui. Fica autorizada, essa seria a resolução nossa, tá? Fica autorizada a majoração de
 249 despesas de pessoal, aos termos firmados e em vigência entre as OSCs e o CMDCA - Por
 250 Criança, no limite acordado pela convenção coletiva de trabalho da categoria, devidamente
 251 encaminhada e inserida no processo SEI dos referidos termos. Aí aqui nós colocamos um
 252 limite de 25%. Eu não colocaria, tá? Mas aí o recurso para essa finalidade será previsto na
 253 carta de captação, acrescido nas despesas de pessoal. Eu colocaria aqui que a instituição, ela
 254 tem que se manter a quantidade de atendimento e a qualidade do atendimento da mesma

255 forma. Eu colocaria isso. Porque eu acho que a gente pode pegar diferentes tipos de projeto,
 256 com valores bem diferentes. Mas o que para mim mais pesa, lógico que é o colaborador sendo
 257 bem remunerado, compatível, né? Mas, tu se propõe lá que tu vai atender 10, depois lá tu não
 258 atende, tu atende 8, tu atende 5, sabe? Então, para mim isso é mais difícil de compreender, eu
 259 entendo e não compreendo. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de**
 260 **Assis – CPCA:** É que é o seguinte, para mim, o que tu colocou para manter a qualidade, é um
 261 princípio ético para mim. Todo trabalhador está contratado, a qualidade é de responsabilidade
 262 de gestão, eu não posso, como é que nós vamos medir, o conselho, se vai estar mantendo a
 263 qualidade ou não? Nós não temos como medir. É muito subjetivo. Isso é um compromisso
 264 ético e de responsabilidade da instituição na execução de qualquer política. **Carolina Aguirre**
 265 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 266 **Presidente do CMDCA:** Mas aí a quantidade? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto**
 267 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** A quantidade, ali cada um coloca de acordo com
 268 as metas do projeto, para mim. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**
 269 **Fazenda – SMF:** Lá na FASC se discutia muito que o valor é por meta. E, no entanto, a ponta
 270 dizia: "nós não", vocês têm que ser o valor mensal e não por meta de repasse, porque
 271 independente de eu ter ou não o serviço para estar lá e a estrutura estar pronta para 10, para
 272 12, entendeu? Dependendo do tu faz 8 ou 12, tu não poderia reduzir, "ah, porque agora é
 273 meta". Então, eu acho que essa é a discussão. Eu também concordo, o trabalho tem que ser
 274 bem feito, tem que ser tranquilo. Eu neste momento eu teria que ler esse decreto que
 275 regulamenta, eu acho que nós estamos discutindo algo muito delicado enquanto conselho, eu
 276 não votaria, ao mesmo tempo eu tenho dúvidas se isso nos compete. **Carolina Aguirre da**
 277 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 278 **Presidente do CMDCA:** Na reunião com a procuradora, eu já trouxe isso. Na reunião com a
 279 procuradora, ela disse que não havia a necessidade da resolução, porque era uma coisa lógica,
 280 ela falou, né? Mas o próprio pessoal do Por Criança disse que para a tranquilidade deles, eles
 281 gostariam de uma resolução do conselho para que eles pudessem se pautar em uma resolução.
 282 Nós temos uma reunião com a procuradora na segunda-feira. Não quero travar o processo, tá?
 283 Mas, o que acham da gente levar este processo para a procuradora para, a partir disso aqui, ser
 284 criado uma súmula? Eu também acho que é melhor. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
 285 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É que eu só coloco aí, de educadamente. Projeto
 286 de manutenção de 2022, projeto de manutenção de 2024. Está havendo uma comparação do

2024 com o 2022, de metas, valores, etc. E aí disseram que a gente tinha que fazer essa análise, que caberia ao conselho fazer uma análise se a OSC estava atendendo mais crianças ou a mesma meta, enfim, existe uma continuidade. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu entendi, só que assim, ninguém vai entrar na questão que a Ivana trouxe de que tem menos ou mais crianças com câncer. Mas a gente pensando, eu vi outros processos, agora não me lembro de qual é a instituição, de que no primeiro processo, no primeiro projeto, eles tinham colocado que iam atender digamos 50 crianças. E aí, eles não atenderam as 50. Aí, no segundo projeto, eles falaram que iam atender outras 50. E aí eles questionaram daí, por que tu está dizendo que vai atender 50 aqui se lá tu atendeu 48? Digamos isso, sabe? Então assim, eu compreendo, mas ao mesmo tempo a discussão nesse que eu vi era o processo, e eles justificaram e tudo mais, o aumento disso, aumento daquilo ali, era bem justificado. Mas veio para vocês, para finanças, este processo. E aí, não sei se é do Instituto do Câncer, era bem isso. E eu fico pensando, se a gente, talvez a gente teria que olhar sempre o projeto anterior, para olhar essa continuidade e para garantir que é uma continuidade. Porque se a gente vincular um projeto até um SEI ao outro, eu garanto que isso não é um projeto, isso é uma atividade. Sabe? Então, como atividade, ele é continuado, ele tem uma folha continuada, ele garante até, sei lá, depois uma rescisão, porque eu estou analisando um projeto, né, um outro que era de outro valor. Então, não sei se isso não seria interessante até. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu já penso assim, que a gente tem que usar da nossa função conselheiro, a gente dizer para colegas de outras instituições e secretarias que não trabalham com criança e adolescente: "É assim que se faz". A pessoa até faz assim: "Aham". Aí tu sai, tu não sabe fazer. Não é assim que se ensina, e aqui tem vários profissionais da educação que trabalham diretamente com criança e adolescente ou com as redes aqui da cidade. Ensinar é outra coisa. Na minha opinião, a gente tinha que fazer o que a gente já fez aqui no passado, quando a equipe que trabalhava com os fundos era em outra secretaria, que a gente marcava agendas nas instituições. "Olha, a atividade da quarta que vem vai ser o dia inteiro lá na Casa Jesus de Praga". Aí, nos intervalos, vão conhecer a casa, vão conhecer o atendimento. Eu te digo, volto para o prédio diferente, completamente diferente. Ah, vamos marcar um dia lá no CRAI, no HPV. No auditório do CRAI vai ser a plenária de manhã e as comissões também, de tarde. E durante o dia vamos passar nas salas de atendimento, na sala de espelho, ver a escuta de quem foi violado, da família, não sei quê.

319 Saber os indicadores que a Fátima Degeia, da equipe dela, e aí tu vê 1.500 a cada 6 meses, e aí
320 a equipe da saúde fazendo contato com todo o estado, não é só Porto Alegre, para saber se o
321 repasse atrasar, nada disso vai acontecer. Não é o dirigente se queixando, nem o e-mail, nem o
322 WhatsApp, nem o conselheiro do CMDCA. Que para mim, eu penso que é muito isso que está
323 ficando. Quando tu trabalha num setor, tu só vê o SEI, e tu só vê o telefone, o WhatsApp do
324 conselheiro. Sabe, é aquele negócio da psicanálise, a distância ótima do objeto. Tu está tão
325 longe, mas tão longe que tu virou um voyeur. Tu não pode estar colado e sentir que nem um
326 violado, mas tu tem que estar ali. Agora, quando tu está tão distante, virou um voyeur, ó, eu
327 acho que tanto faz atrasar, tanto faz não pagar, porque parece que não é de verdade. Eu acho
328 que é isso que a gente tem que trabalhar. Nós temos que agir como conselheiros e
329 pedagogicamente ensinar. Fazer um dia lá no Murialdo, lá na Lageadinho, lá em cima, para ver
330 350 o dia inteiro. Se não está ali, não come. Tu não vai comer. Passar um dia inteiro na
331 Pequena Casa, na Maria da Conceição. Se não for ali, não tem alimentação no dia. Murialdo,
332 ele tem sopa na saída, às 17h. Café da manhã, almoço, café da tarde e sopa às 17h. Por quê?
333 Porque se não comer ali, não come em casa. Então, essas coisas assim a gente tem que
334 começar a mostrar, e o colega funcionário viver, e aí quando ele sentir, ele aprendeu. E aí
335 quando ele for analisar: "bah, isso aqui é serviço de convivência, é que nem aquela instituição
336 que eu fui lá, ah, isso aqui é PCD, é aquela criança e adolescente que precisa ficar estimulada o
337 dia inteiro, senão vai ter aquelas feridas nas laterais, ela vai ter problema, ela vai morrer".
338 Como não sabe, eu acho muito difícil a gente ficar no debate. Por melhor que sejam os nossos
339 colegas no debate aqui, eu acho que a gente não vai conseguir ensinar. Acho que tem que levar
340 para a ponta, para dentro das nossas instituições, seja governamental, não governamental, para
341 sentir como é que é o dia a dia lá dentro. Eu acho que isso aí faz toda a diferença. É que eu
342 acho que além da função conselheira, mas tem a função também de servidor que está lá e tem
343 que ter clareza dos processos. Eu vou falar uma coisa que mais me incomodou na reunião, foi
344 assim, ó, que parece que quando a gente está falando de fluxo e processo de conveniamento,
345 parece que se perdeu tanta coisa, ou então burocratizou de uma forma que a gente se
346 distanciou demais. Então, a gente ficou assim, ó, além de nós conselheiros aqui a gente ter que,
347 a questão do projeto, na ponta da língua, parece que a gente tem que estar fazendo a defesa de
348 coisas que para mim já passou da fase da defesa. O número grande de crianças e adolescentes
349 está sendo atendido lá, né? Então, eu acho que isso traz um incômodo muito forte, né? Porque
350 a gente está tendo que se preocupar com procedimentos que seriam ao contrário, deveriam

351 estar trazendo para nós uma forma que não criasse conflito, que todo mundo está com a
 352 mesma intenção. Então, assim, ó, acho que a gente como conselho, não é como comissão de
 353 finanças, não é como comissão de políticas que participou desse momento, mas assim, ó, a
 354 gente tem tanta coisa para contribuir e tanta coisa para fazer a mais, que essa questão de
 355 quererem limitar algumas funções que seriam burocráticas desse conveniamento, acaba
 356 fazendo, acaba fazendo com que a gente tenha que se sentir: "gente, estamos errados?".
 357 Porque Porto Alegre é pioneira na questão da captação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
 358 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 359 **CMDCA:** Só colocar assim, foi falado hoje até na executiva, acho que a Priscila que trouxe,
 360 de que eu tinha acordado com a procuradora, em uma das nossas reuniões, que todos os
 361 processos que tivessem alguma questão voltariam para o CMDCA. Sim, eu acordei isso, mas
 362 eu tinha entendido que somente teriam problemas no projeto ou na solicitação do plano na
 363 primeira parcela, e não a cada plano. Porque eu entendo que tu corrige uma vez, tu já está
 364 orientado. Mas, pensando por um outro momento, outro lado, eu também acho que é
 365 interessante a gente ter este olhar enquanto conselho do que está travando. Sabe? Ah, não, está
 366 travando na verdade a questão do salário do colaborador que ampliou não sei o quê. Volta
 367 para nós, a gente conversa, a gente discute. Ah, não, está travando na verdade é não sei o que
 368 tem outras questões, mas assim, o que está travando? O que está acontecendo? Porque muitas
 369 vezes a gente tem reclamação das instituições, e aí o Frei, quem já foi presidente e vice aqui
 370 principalmente sabe, que é diário as reclamações. Diário. E aí é de todos os tipos de questões,
 371 em todos os selos do compreendo. Então, a gente tem que saber o que que está acontecendo.
 372 A gente não tem noção do que está acontecendo se não volta para cá para nós. Então, assim,
 373 eu sei que aumenta o nosso serviço, eu entendo isso, sei que a gente se remonta àquela
 374 questão: “mas já passou por aqui, por que voltou?”. Eu entendo isso. **Carolina Aguirre da**
 375 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 376 **Presidente do CMDCA:** Qual foi a instituição que foi trazida hoje? **Priscila Balestrin,**
 377 **Parceiros Voluntários:** A mesma. A gente teve uma fala bem nesse sentido de que o modo
 378 como a gente interpreta está sendo feito, está nos sendo cobradas coisas talvez que não eram
 379 cobradas antes. E aí, ao final da reunião, a gente teve um pedido de desculpas também e aí
 380 acordamos, qual foi o encaminhamento da final da reunião após a conversa, foi que teremos
 381 novas conversas com a equipe, novas reuniões para a gente estar, para eles estarem passando
 382 para a gente essas regras e a gente poder estar alinhado dessa forma de análise para diminuir

essas intenções. Acho que a fala da Lu é bem nesse sentido também, porque todo mundo está trabalhando para convergir para as instituições e para o atendimento das crianças e adolescentes. Então teremos novas reuniões para ter esse alinhamento e também teremos reunião entre políticas e finanças para nós estarmos alinhados na análise de projetos e podermos fazer esses diálogos aí embasados de uma forma mais tranquila. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eu queria só fazer uma sugestão a título de encaminhamento para a gente. Todos nós aqui, em maior ou menor grau, somos agentes políticos, e a gente sabe que a coisa política funciona muito na base de diálogo e da construção coletiva. Nós, recentemente, enquanto CMDCA, entregamos para os candidatos à prefeitura de Porto Alegre, que participaram do evento lá na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, um conjunto de pautas que estabeleciam um compromisso dos candidatos perante a política das crianças e dos adolescentes aqui no município de Porto Alegre. Então eu queria, presidente, a título de sugestão, sugerir, até porque recentemente eu tive a oportunidade de assistir uma entrevista do prefeito Melo, recém-eleito, dizendo que ao longo da sua gestão, ele houve alguns, algumas situações que ele, comprovadamente, sabe que ele vai ter que corrigir, como textualmente referindo-se à FASC e à atuação da SMDS, por exemplo. Então, com certeza, devem vir aí uma série de construções, de organizações diferentes, e isso inclusive foi dito hoje que provavelmente vão ser criadas as estruturas novas dentro da prefeitura para fazer entregas mais qualificadas. Nesse sentido, então, presidente, de sim, se fazer essa construção a partir dessa narrativa da Lu, de tudo que foi experimentado na manhã de hoje, e procurar sim o prefeito, não só para cobrar o conjunto de pautas, não mais como uma promessa, mas de que forma o senhor vai implementar aquilo que foi dito, até para dar a oportunidade para ele pensar, por que não, dar um voto de confiança, de credibilidade, não temos por que duvidar disso, que ele possa vir a implementar estruturas que possam qualificar ainda mais a atuação do próprio conselho, respeitando isso que a Lu falava, do papel que desempenha um conselho, que é muito mais do que a construção de políticas, muito mais do que fiscalizar, é muito mais amplo, sabendo que por trás do conselho tem um conjunto de organizações que, se não fossem elas, o governo ou os governos, por si só, não dariam conta de todas as políticas que têm que ser necessariamente atendidas. Então, nesse sentido, de provocar uma reunião para quiçá apresentar essas ou revisar esses compromissos, talvez mais qualificados a partir do já sabedor do processo vencedor e das tendências políticas, para tentar construir um patamar mais efetivo. Mas para complementar, tipo, 90% dessas informações a

415 gente já discutiu lá no gabinete. Já, da quantidade e de tudo. E continua a mesma coisa. Ou
 416 seja, é igual quando tivemos a primeira reunião, lá no Fórum, a sociedade civil com os
 417 conselheiros aqui da sociedade civil. A gente foi ver como é que está sendo o fluxo. O Fórum
 418 nos convidou, aí fomos. O que é que trouxeram algumas OSCs, tanto as grandes, quanto as
 419 médias. Aí para descobrir onde é que estão as trancas, as barreiras. Porque nós deliberamos.
 420 Aí, um dia anterior, parece que dois dias antes daquela reunião, acho que foi uma que a
 421 primeira a Carol foi e na segunda eu fui. Na segunda eles tiveram uma reunião antes. As
 422 organizações que captam aqui com a gerência do fundo aqui, com a equipe deles. Aí dizia: “a
 423 culpa é do CMDCA”. Que deliberou. A culpa é do CMDCA, dos conselheiros. Aí eu falei para
 424 eles, para as organizações. Espera aí. Quais são as atribuições do CMDCA? Nós estamos ali
 425 para deliberar. O recurso está ali. Vocês enviaram o projeto de vocês, analisamos e vimos que
 426 era viável. E aprovamos todos. E passou da nossa porteira, né? E foi para o outro terreno.
 427 Onde é que está trancando? Quem é que notifica vocês? Quem é que chama vocês? Ah, mas
 428 ela falou que era o CMDCA que... Eu disse, então vocês têm que ouvir mais o CMDCA,
 429 procurar mais, porque nós deliberamos toda semana vários projetos. Mas só que o recurso não
 430 chega até vocês. Aí é quem? É o CMDCA, os conselheiros, tanto governamental quanto a
 431 sociedade civil? Não, o que é isso, gente? Eu disse, a tranca não está aqui, no CMDCA. É da
 432 porta para lá. Essa questão do RH aqui vocês já falaram, o prefeito falou claramente, está
 433 registrado no YouTube, lá na plenária do Fórum, se é preciso de RH, liberou. O Bothmann
 434 diz: "não, está tudo ok, não precisa". Aí já o Brasil, depois que eu e a Carol ali, fez: "ah, não, a
 435 gente já qualificou, veio mais dois para cá, mais um para lá". E o mesmo. Não, aqui foi o lugar
 436 que a gente mais botou gente aqui. Trouxemos gente não sei da FASC, trouxemos não sei de
 437 quem. E continua a mesma coisa. O Brasil falou na reunião, colocou gente ali na equipe. Aí
 438 dizendo: "ah, é porque eles são novos, não sei o quê, tem treinamento, está em treinamento".
 439 Aí os caras no treinamento aí ficam na mesma bagaça do que estava antes, né? Pegou o mesmo
 440 ritmo. Ah. E vai, vai parar lá na praia de Itapuã, na Bahia. Aí é ruim. **Francyne da Rosa,**
 441 **CEMME:** Eu vou ter que falar. Acho que é a fragmentação dos serviços. A gente tem um
 442 problema aí de processo, mas também a gente tem essa fragmentação e que a gente já vem
 443 falando que é um problema como um todo, espaço, estrutura para trabalho, comunicação, e
 444 que eu sinto muita diferença do período que eu estive presente no conselho para o momento
 445 que estou agora, mesmo sendo informatizado, a questão de a gente poder se escutar, se falar,
 446 de ter esse espaço para discussões, muitas vezes, de uma forma mais ampla. Então, isso

447 emperra muito. Eu vou bater nessa tecla e vocês podem me achar chata, mas isso faz diferença
 448 sim. Então a gente tem contato, não tem contato com as pessoas às vezes, não tenho uma
 449 referência. Daqui a pouquinho é um, daqui a pouquinho é outro. É pessoas que entram e saem
 450 de setores também, porque também não aguentam a pressão. Então, assim, acho que enquanto
 451 não se tiver uma estrutura e a gente conseguir organizar, a gente vai parar sempre para estar
 452 discutindo e tentar minimizar. E que na verdade a gente não tem que minimizar, a gente tem
 453 que acertar, ser mais assertivos. Então, o que eu tenho é esse sentimento. Hoje ainda comentei
 454 que eu parei de reclamar, mas sei que quando eu posso, procuro falar quanto é importante o
 455 trabalho do CMDCA e de todos nós enquanto conselheiros que estamos dispostos a estar em
 456 luta pelo direito da criança e do adolescente, mas que é isso, muitas vezes a gente é visto como
 457 incompetente sem mesmo ter condições de trabalho. É isso. **Carolina Aguirre da Silva,**
 458 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
 459 **do CMDCA:** Eu acredito assim, que sim, a gente tem que fazer uma reunião com a prefeitura
 460 e é bem interessante a proposta que o Carlos fez, e acho que dá para a gente casar com a que o
 461 Paulo também fez, que não deixa de ser as reivindicações que a gente está fazendo já há algum
 462 tempo. Sim, é também questão de estrutura. E a estrutura, aí quando eu falo também, não é só
 463 a nós, conselheiros, para nós, mas também é para o servidor. Porque vamos pensar também,
 464 um servidor que vem aqui, não tem uma internet, ainda daqui a pouquinho outro dia não tem
 465 uma água, não é água de tomar, é água de banheiro. Então assim, meu Deus, é condições
 466 mínimas para poder trabalhar. Justo, trabalhar. Sabe? Aí, a pessoa faz o serviço talvez três ou
 467 quatro. Ah, mas lá na outra secretaria, como o Carlos às vezes diz assim: "ah, lá na outra
 468 secretaria fazia mais, menos". Não sei, eu acho que a gente tem que pensar, e aí eu penso
 469 muito, de que a gente não pode, muitas vezes, fragmentar o que é conselho, o que é Fundo da
 470 Criança. Para mim, Conselho e Fundo da Criança é uma coisa só. Ah, mas o Fundo da Criança
 471 está sob as asas da SMDS. Para mim, continua do CMDCA. E aí quando as instituições falam:
 472 "ah, porque o CMDCA não pagou", não é o Fundo da Criança que não pagou, é o CMDCA
 473 que não pagou. Sabe? "Ah, mas o CMDCA no edital", não é a Rochele ou, é o meu telefone
 474 que toca e acham que eu tenho o livre-arbítrio de pagar todo mundo. E eu tenho o poder, né?
 475 Lógico. Então, assim, é a mais do que isso. E eu penso sempre de que a gente tem que
 476 trabalhar de conjunto. Se é para fazer reunião, vamos fazer. Se é para conhecer as instituições,
 477 vamos conhecer. Se é para sentar e fazer 10.000 fluxos, vamos fazer. Sabe? Mas a gente tem
 478 que construir. Não dá para a gente permanecer dessa forma, não dá para a gente voltar para

479 trás, eu acho que tem que melhorar. Sabe? Assim, nós tivemos a capacitação lá com o Dr.
 480 Afonso, eu falei isso na semana passada, ele trouxe, na capacitação, sobre os conselhos
 481 tutelares, em que antes era nada, não se tinha nenhuma estrutura de nada. Eram os
 482 conselheiros por si só dentro de Porto Alegre. E o Conselho dos Direitos é a mesma coisa. E
 483 me corrijam os presidentes anteriores, nós fomos o primeiro conselho, não fomos? Fomos, né?
 484 O primeiro, né? Primeiro Conselho Tutelar, primeiro Conselho da Criança, primeiro Fundo da
 485 Criança. Exato. Então nós somos o primeiro no Brasil. Lógico, lógico que nós estamos já a
 486 quase 35 anos nessa função, vou dizer assim, né? Mas ainda temos muito que melhorar. Temos
 487 muito que fazer. Porque, infelizmente, não, eu não quero dizer que não vá acabar, mas
 488 infelizmente os problemas, às vezes, só mudam de nome. Né? Então, só muda a criança, às
 489 vezes, só muda a idade, e aí lá ela está indo para um outro serviço com outro problema, e aí a
 490 gente está sempre correndo atrás. E aí eu acho que a gente sempre tem que pensar mais em
 491 política pública, como diz o Frei, para a gente trabalhar no todo. Como que a gente vai
 492 trabalhar o todo? E não, muitas vezes, como a gente fala, né, muito do nosso umbiguinho. Às
 493 vezes a gente fica muito no nosso umbiguinho. Eu acho que a responsabilidade e a
 494 competência tem que ser de todos nós. Quando o Paulinho dá a porta para fora e da porta para
 495 dentro, é de todos. E eu acho que isso a gente, lamento pela situação de hoje, mas eu acho que
 496 a gente vai ter que sentar mais vezes e avançar. Tá? Quanto a isso, tranquilo? Mais ou menos?
 497 Tá. Então vamos embora. Mais alguma, Priscila? Não, era isso. Algum outro assunto além de
 498 recomposição? Já foi, né? Então tá, eu tenho aqui. Nós temos que aprovar uma resolução das
 499 instituições. Então, nós precisamos então fazer esta resolução 87. A proposta que foi feita pelo
 500 pessoal do Fundo da Criança é que a gente possa já aprovar a transferência para a FASC, para
 501 que eles possam já fazer o empenho. Porque tem uma data até o dia 22 de novembro para fazer
 502 os empenhos dos 30 e pouquinhos, né? E aí já deixar correndo esses trâmites internos para não
 503 atrasar também. Tá? Então eu vou citar as instituições e aí depois na resolução vai o valor de
 504 cada instituição, tá? Que aí depois a gente vê direitinho, olha o plano para o processo ali e aí
 505 coloca os valores. Então, a gente vai colocar nesta resolução aquelas três instituições também
 506 que estão com pendências financeiras, porque se for sanado, eles também entram no valor, tá?
 507 Se não for sanado, aí a gente reconsidera e vê depois, tá? Então, na resolução vai a instituição
 508 Acebergs, Fé e Alegria, Amurtel, Aldeias SOS, Centro Mulher, APIPE, Pão dos Pobres,
 509 Bortolini, Trenzinho da Alegria, Ação Social de Fé, SEPAC SEDEL, que é a mesma, né? E
 510 Clube de Mães Vila União. Eu acho que a “PESIN”, ela não entra na listagem. **Sônia Rejane**

511 **dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas deixa eu só te fazer uma
512 pergunta, são da totalidade de 3 milhões? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
513 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
514 **CMDCA:** Não. Então, a resolução 87, a 87 só habilita, a 87 abre o processo, vamos dizer
515 assim. E aí tem uma outra resolução que eu acho que é 90 e poucos. **Sônia Rejane dos**
516 **Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas vai ser um valor de
517 3.800.000, sei lá. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
518 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não, a gente não fechou. Porque
519 lá no início, Sonia, quando a gente começou a fazer os projetos, a gente colocou 8 milhões.
520 Depois lá na resolução 79 saiu o valor dos 3 milhões. Aí ficou um valor individual. Porque
521 lembra que a gente botou 3 milhões, no projeto tem. Na resolução da enchente, nós
522 precisamos de um projeto técnico, porque o projeto técnico era a partir das instituições.
523 Passou para baixo. Foi até 250? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**
524 **Fazenda – SMF:** Até 250. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
525 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Nós vamos aprovar
526 valor individual, né? Autorizado o repasse de recursos financeiros. A organização deve
527 apresentar... Aí a gente colocou os critérios, tá? Ações de limpeza, compra de equipamento e
528 reforma. O repasse, ali, ó, o valor será limitado até 250, são. E o plano deverá ser submetido à
529 análise técnica e aprovado a resolução. Fica autorizado o repasse para a Fundação de
530 Assistência, a documentação e tudo mais. Mas não tem um valor de cada. Então está no plano
531 de trabalho deles. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda –**
532 **SMF:** Todos pediram 250. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
533 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A instituição Centro
534 Mulher pediu 87.000. Mas aí não vai ser conforme o termo? Sim, mas aí para mim fazer o
535 termo, aí eu preciso saber o valor. É só uma questão de burocracia básica. Então acho que
536 estamos aprovando para a FASC com respaldo nosso. É só para segurança básica. Tá. E aí
537 então vou de novo no nome das instituições, tá? Então, Acebergs, Fé e Alegria, Amurtel,
538 Aldeias SOS, Centro Mulher, APIPE, Pão dos Pobres, Bortolini, Trenzinho da Alegria, Ação
539 Social de Fé, SEPAC SEDEL, Clube de Mães Vila União. São essas instituições. Aprovamos?
540 Então, **APROVADO POR UNANIMIDADE.**
541 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos
542 Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia
543 Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.